

LONDON
SCHOOL of
HYGIENE
& TROPICAL
MEDICINE



Research
Consortium for
SHN



5ª Declaração Anual de Pesquisa aos Membros da Coalizão para a Alimentação Escolar

*Preparada pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar;
uma iniciativa da Coalizão para a Alimentação Escolar*

Outubro de 2026

Edição da Força-Tarefa – preparada para a Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar, Roma, 14 de outubro de 2026

À atenção dos estados-membros da Força-Tarefa:
Apresentação de uma consulta sobre a Estratégia 2027–2031 do Consórcio de Pesquisa

A Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar de 2026 ocorre na metade do período de pesquisa estratégica de 10 anos do Consórcio de Pesquisa – período em que o Consórcio se tornou uma rede global de 1.500 especialistas baseados nos estados-membros da Coalizão, e no qual adicionalmente 120 milhões de crianças em todo o mundo passaram a ter acesso à alimentação escolar. O sucesso alcançado até o momento pelo Consórcio se apoiou no reconhecimento, pela Força-Tarefa, do valor de evidências independentes e lideradas nacionalmente para orientar a tomada de decisões. Ao se preparar para os próximos cinco anos, o Consórcio recorre, portanto, em primeiro lugar aos países da Força-Tarefa em busca de orientação, abrindo uma fase de consulta para subsidiar a elaboração de sua estratégia 2027–2031.

O Consórcio fará uma breve introdução a esse processo durante sua apresentação na Reunião Ministerial de 14 de outubro. Nos meses seguintes, consultará os países da Força-Tarefa e, em seguida, os parceiros da Coalizão e os membros da Academia Global, a fim de elaborar sua estratégia de pesquisa para 2027–2031, que será apresentada na 3ª Cúpula Global Bienal da Coalizão para a Alimentação Escolar, em 2027. Como ponto de partida, o Consórcio identificou três prioridades emergentes sobre as quais acolheria com especial interesse as reflexões da Força-Tarefa:

1. Aprofundar o alinhamento entre o Consórcio e as demais Iniciativas da Coalizão, para que a expertise científica e técnica seja acompanhada de financiamento e de ação programática;
2. Estabelecer ou formalizar polos regionais de pesquisa que se baseiem nas redes regionais existentes de aprendizagem entre pares; e
3. Descentralizar a liderança do Consórcio, para que ela seja cada vez mais conduzida pelo Sul Global e enraizada nas regiões.

O Consórcio espera trabalhar em estreita colaboração com os países da Força-Tarefa nos próximos meses para garantir que seus próximos cinco anos sejam moldados pelas prioridades dos governos aos quais serve.

Sobre o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar

O Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar foi lançado em 2021 para oferecer a todos os membros da Coalizão para a Alimentação Escolar acesso a evidências independentes e de qualidade assegurada, em apoio à sua missão comum: uma refeição escolar nutritiva para cada criança até 2030.

Para isso, o Consórcio gera e sintetiza pesquisas sobre o desenho e os benefícios dos programas de alimentação escolar, transformando-as em abordagens práticas que os formuladores de políticas podem aplicar em seus próprios contextos nacionais. No centro desse trabalho está a Academia Global do Consórcio: um “grupo de especialistas de referência” com mais de 1.500 pesquisadores, consultores de políticas públicas e profissionais baseados em 137 países – os estados-membros da Coalizão e outros 24 países que estão considerando a adesão. A Academia está organizada em sete Comunidades de Prática temáticas, cada uma respondendo a uma necessidade específica de evidências identificada pelos estados-membros: nutrição; boas práticas; custo-benefício; transformação dos sistemas alimentares; abordagens ecológicas; impacto intersetorial; e aprendizados a partir da experiência do Brasil.

As evidências são produzidas e disseminadas nos níveis nacional, regional e global. *No nível nacional*, o Consórcio trabalha com membros da Academia Global baseados em cada país da Coalizão – frequentemente os principais assessores/setores de seus governos – para ajudar a analisar o programa nacional, identificar boas práticas e estimar o retorno sobre o investimento. *No nível regional*, estabelece parcerias com organismos regionais e redes de aprendizagem consolidados para comparar programas de países vizinhos e compartilhar lições comuns. *No nível global*, produz e compartilha bens públicos que fortalecem a base de evidências para todos os países – incluindo revisões sistemáticas de impacto, artigos técnicos de referência, artigos em periódicos de alto impacto e contribuições para orientações de políticas intersetoriais influentes –, ajudando a consolidar a alimentação escolar como um investimento central das políticas públicas. Seu trabalho é possível graças ao apoio de uma ampla gama de parceiros para o desenvolvimento.

Sobre esta Declaração

Esta é a quinta Declaração Anual de Pesquisa do Consórcio de Pesquisa.¹ Tal como nos anos anteriores, esta Declaração apresenta novas perspectivas programáticas e de políticas públicas que surgiram das análises da Academia Global desde a edição anterior – com base nas perspectivas apresentadas aos formuladores de políticas e parlamentares da Coalizão na 2ª Cúpula Global Bial da Coalizão para a Alimentação Escolar, realizada em Fortaleza, Brasil, em setembro de 2025.

A Declaração foi preparada pelo Consórcio de Pesquisa como contribuição à Coalizão para a Alimentação Escolar, destinada aos parlamentares e formuladores de políticas de seus países-membros, e baseia-se em análises lideradas pela Academia Global, conforme indicado em cada constatação abaixo.² A Parte 1 resume as novas evidências geradas ao longo do último ano e suas implicações para as políticas públicas; a Parte 2 descreve como as evidências estão sendo utilizadas

¹ As Declarações Anuais de Pesquisa de 2022–2024 podem ser acessadas aqui: Research Consortium for School Health and Nutrition. Policy Insights for national school meals programmes: Annual Research Statements to the members of the School Meals Coalition – 2022, 2023, 2024. *Frontiers in Public Health*, 2025 (13). <https://doi.org/10.3389/fpubh.2025.1416165>, e a Declaração Anual de Pesquisa de 2025 pode ser acessada aqui: <https://doi.org/10.17037/PUBS.04677497>.

² Aviso Legal: Os pontos de vista apresentados neste documento são dos autores individuais e não refletem necessariamente os pontos de vista da Coalizão para a Alimentação Escolar e de seus membros.

por governos e instituições regionais; e a Parte 3 relata o progresso em relação às prioridades definidas na Declaração de 2025 e estabelece as prioridades para o próximo ano.

Parte 1. Novas Evidências Relevantes para Políticas Públicas sobre o Impacto, os Benefícios e o Desenho dos Programas de Alimentação Escolar

1. **Uma revisão sistemática atualizada reforça as evidências de que os programas de alimentação escolar melhoram a saúde e os resultados educacionais das crianças, ao mesmo tempo em que torna mais precisas as estimativas sobre onde esses efeitos são mais fortes.** Com base em uma revisão anterior de 2007, que abrangeu 18 estudos, uma revisão Cochrane atualizada em 2025 avaliou 40 estudos e encontrou evidências com certeza moderada de melhorias na altura para a idade e no peso para a idade entre crianças de países de baixa e média renda, enquanto as evidências sobre a redução do risco de ganho de peso não saudável continuam sendo de certeza muito baixa, dado o número limitado de estudos que examinam o sobrepeso e a obesidade. Entre os resultados acadêmicos, a revisão encontrou evidências com alta certeza de melhorias na matrícula escolar e no desempenho em matemática, com pouco ou nenhum efeito detectado na frequência escolar ou na leitura. Embora os efeitos estimados sobre o crescimento, a matrícula e as notas em matemática sejam modestos no nível individual, eles têm implicações significativas no nível populacional, e a revisão reforça que os programas de alimentação escolar geram um importante retorno sobre o investimento para as crianças – especialmente aquelas em situação de maior desvantagem, embora beneficiem todas as crianças.

Comunidade de Prática “Impacto e Evidências” do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [1-2]

2. **As análises econômicas continuam demonstrando que os programas de alimentação escolar representam uma boa relação custo-benefício nos níveis nacional e local.** Análises nacionais de custo-benefício, realizadas com contrapartes governamentais, já foram concluídas ou estão em andamento em 16 países. Essas análises continuam a estimar benefícios na faixa de USD 3 a USD 9 para cada USD 1 investido. A desagregação desses resultados mostra que os retornos não se limitam a um único setor: as evidências atribuem parte dos benefícios a ganhos imediatos em saúde, nutrição e permanência escolar, e parte à efeitos indiretos sobre a agricultura e o emprego locais. É essa base crescente de evidências que permite definir com precisão cada vez maior a relação custo-benefício dos programas de alimentação escolar.

Comunidade de Prática “Análises e Métricas” do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [3-13]

3. **A análise dos estudos de caso nacionais de alimentação escolar publicados nos últimos cinco anos identifica 40 boas práticas em nove domínios.** A visão é ajudar os governos a documentar os programas nacionais em todos os 113 estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar e utilizar essas evidências globais para identificar “o que funciona”. A comparação dos estudos de caso publicados, por meio de uma abordagem fundamentada na ciência das soluções, identificou 40 boas práticas, validadas à luz da literatura científica e agrupadas em nove domínios – incluindo o desenvolvimento de padrões nutricionais para a alimentação escolar, o uso de alimentos de origem local por meio de recursos específicos e de procedimentos de compra facilitados, e o fortalecimento da governança, especialmente por meio da criação de estruturas de coordenação multisetorial. Esse trabalho foi consolidado em uma *caixa de ferramentas de boas práticas* para apoiar formuladores de políticas e atores responsáveis pela implementação. Paralelamente, dois novos indicadores permitem agora mapear 99 países de acordo com a abrangência e a qualidade da implementação dos programas de alimentação escolar, combinando o número de refeições servidas por ano com a cobertura do programa e a diversidade alimentar. Essa análise destacou programas nacionais que apresentam desvio positivo – aqueles que conseguiram implementar programas mais eficientes do que a média apesar de recursos limitados –, com o compromisso político e a

coordenação intersetorial despontando como fatores particularmente importantes. Como novidade, em parceria com a iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, a metodologia dos estudos de caso foi adaptada aos municípios, ampliando a análise e o compartilhamento de boas práticas para o nível subnacional, começando por Milão e Montpellier.

Comunidade de Prática “Bons Exemplos” do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [14-53]

4. **Evidências emergentes de um artigo técnico de referência apontam a alimentação escolar como uma alavanca significativa, ainda que subaproveitada, para a prevenção de doenças cardiometabólicas (DCM) relacionadas à alimentação ao longo da vida.** Um artigo técnico liderado pelo Consórcio, elaborado com contribuições de mais de 115 especialistas de 71 organizações em 44 países, mostra que as DCM relacionadas à alimentação na meia-idade continuam entre as principais causas de morte no mundo e que a alimentação é o principal fator de risco modificável, o que torna os programas de alimentação escolar um ponto natural de intervenção. O artigo técnico conclui que a alimentação escolar melhora de forma consistente a ingestão alimentar, a qualidade da dieta e o estado nutricional de micronutrientes, com os maiores ganhos em contextos de baixa e média renda, onde os déficits nutricionais são maiores, e que esses efeitos parecem se estender ao que as crianças comem em casa e entre seus pares. Os impactos na saúde são mais consistentes para os desfechos antropométricos em contextos de renda média, com melhorias nos marcadores metabólicos observadas especificamente quando as refeições atendem a padrões nutricionais elevados; as evidências de médio e longo prazo sobre desfechos diretos de DCM ainda são limitadas, embora estudos de modelagem projetem um impacto substancial em nível populacional quando os programas são implementados em larga escala. No conjunto das evidências, a qualidade das refeições – e não apenas sua oferta – surge como o ingrediente ativo: programas com padrões nutricionais obrigatórios apresentam efeitos mensuravelmente mais fortes, o que reforça que o investimento em cobertura sem um investimento paralelo em qualidade dificilmente concretizará esse potencial. As lacunas de evidências continuam sendo mais significativas nos países de baixa renda, onde a carga de DCM está aumentando mais rapidamente.

Redatores principais do segundo Artigo Técnico do Consórcio de Pesquisa:³ Patricia Eustachio Colombo, SubbaRao Gavaravarapu, Jacqueline Kung'u e Bruno Valim Magalhaes; fonte adicional [54]

Parte 2. Das Evidências à Ação: Como a Pesquisa Está Moldando as Políticas Públicas e a Prática

1. **Parâmetros de referência atualizados oferecem a compreensão mais sólida até o momento sobre os custos da oferta de alimentação escolar, o que pode apoiar o desenho de programas para reduzir a lacuna entre o que se gasta atualmente e o que é necessário para atender às necessidades nutricionais das crianças.** Uma equipe conjunta de pesquisa, com representantes do Consórcio de Pesquisa, do CGD, do IFPRI, da GCNF e do PMA, atualizou um conjunto abrangente de estimativas de custos de programas nacionais utilizando um processo detalhado, aplicado pela última vez em 2009, para examinar dados de 181 programas de alimentação escolar. Os custos anuais médios dos programas variaram de USD 36 por criança em países de baixa renda a USD 487 em países de alta renda; quando padronizados para um ano letivo típico de 200 dias com refeições de 700 quilocalorias – aproximadamente um terço das necessidades energéticas diárias –, os custos subiram para uma faixa de USD 82 a USD 640 por criança. Fundamentalmente, a maioria dos programas,

³ O primeiro Artigo Técnico desenvolvido pelo Consórcio de Pesquisa intitula-se “Alimentação Escolar e Sistemas Alimentares: Repensando as Consequências para o Clima, o Meio Ambiente, a Biodiversidade e a Soberania Alimentar” e foi publicado em 2023. O Artigo Técnico pode ser acessado aqui: <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492>

em todos os grupos de renda, ficou abaixo dos parâmetros de 200 dias e de 700 quilocalorias simultaneamente, o que sugere que o subinvestimento tanto na duração quanto no conteúdo nutricional da oferta é generalizado e é frequentemente utilizado pelos países como forma de controlar custos. Embora o custo absoluto da alimentação escolar aumente com a renda nacional, o custo relativo como proporção dos gastos com educação diminui – de aproximadamente 20% nos países de baixa renda para um patamar mais administrável de 6% nos países de alta renda –, o que ressalta que a alimentação escolar representa um ônus fiscal proporcionalmente mais pesado justamente onde a necessidade é maior e os recursos são mais escassos. Essas constatações reforçam os argumentos a favor de um financiamento adequado e sustentado dos programas de alimentação escolar, com a qualidade nutricional tratada como condição para o investimento.

Secretariado do Consórcio de Pesquisa, CGD, IFPRI, GCNF e PMA; fontes adicionais [55]

2. **A aplicação de ferramentas de modelagem da dieta em nível nacional sugere que a alimentação escolar ecológica pode, simultaneamente, melhorar a nutrição e a saúde das crianças e reduzir as doenças relacionadas à alimentação e os impactos ambientais adversos.** Após a publicação de uma coleção de sete artigos na *Lancet Planetary Health* sobre a alimentação escolar como catalisadora da transformação dos sistemas alimentares, uma nova ferramenta de Avaliação do Impacto da Dieta foi testada em parceria com instituições governamentais, de políticas públicas e de pesquisa no Quênia e em Ruanda, utilizando cenários de alimentação escolar aprovados pelos governos: no Quênia, uma dieta mais diversificada poderia reduzir a subalimentação de 20% para 15% e aumentar a proporção de mortes evitadas relacionadas à alimentação de 3% para 12%, enquanto em Ruanda estimou-se que refeições aprimoradas reduziram a subalimentação em cerca de 770.000 pessoas entre a população do ensino fundamental, sendo a redução do desperdício de alimentos fundamental para gerenciar os custos e os impactos ambientais associados. Uma modelagem separada das transições para a cocção limpa, com base em dados reais de preparo de refeições nas escolas, constatou que, no Quênia, painéis de pressão elétricos poderiam tornar algumas refeições pelo menos 50% mais baratas do que fogões a lenha aprimorados e reduzir o uso de água em 24,6%, ao mesmo tempo em que evidenciou a necessidade de eletricidade confiável e de capacidade adequada dos equipamentos para concretizar esses ganhos.

Comunidade de Prática “Dietas e Saúde Planetária”; fontes adicionais [56-63]

3. **O alinhamento da aquisição de alimentos para a alimentação escolar com práticas agrícolas regenerativas, por meio de hortas escolares e comunitárias, vem se traduzindo cada vez mais em caminhos concretos de políticas públicas e institucionais.** Evidências emergentes de pesquisas em vários países, como Ruanda, Quênia, Gana e Nigéria, mostraram que essas práticas podem melhorar a diversidade alimentar e a qualidade nutricional, ao mesmo tempo em que catalisam uma adoção mais ampla da agricultura regenerativa e mudanças nas políticas. Com base nessas evidências, foram criadas Comunidades Nacionais de Política e Prática (CoPPs, na sigla em inglês) sobre alimentação escolar regenerativa na Nigéria, em Gana, em Ruanda, no Quênia e na Etiópia, e outras CoPPs estão previstas para o Marrocos e a Tunísia. As CoPPs já catalisaram um engajamento concreto em políticas públicas: em Ruanda, o Ministério da Agricultura está prestando apoio político e operacional às fazendas escolares regenerativas; no Quênia, a CoPP abriu conversas importantes sobre a política hídrica em terras áridas e semiáridas; e, na Nigéria e em Gana, os órgãos nacionais responsáveis pela transformação dos sistemas alimentares estão sendo envolvidos diretamente no desenho de políticas para a alimentação escolar regenerativa.

Comunidade de Prática “Transformação dos Sistemas Alimentares”; fontes adicionais [64]

4. **Redes regionais e nacionais vêm impulsionando cada vez mais a pesquisa, as políticas públicas e a prática em alimentação escolar, com novos polos de pesquisa surgindo da colaboração entre instituições nacionais na África, na Índia e na América Latina e Caribe (ALC).**

- **África:** Nutricionistas da Sociedade Africana de Nutrição (ANS, na sigla em inglês), da Federação das Sociedades Africanas de Nutrição (FANUS) e da Força-Tarefa Internacional sobre Desnutrição (IMTF) da União Internacional de Ciências da Nutrição (IUNS) se uniram em 2026 para criar o Grupo de Trabalho Técnico Africano sobre Alimentação Escolar (ATWG), promovendo a colaboração regional entre pesquisadores, governos e parceiros para harmonizar padrões, promover abordagens baseadas na produção local e enfrentar desafios comuns, como a sustentabilidade e a qualidade da dieta.
- **Índia:** A Fundação de Pesquisa M. S. Swaminathan (MSSRF) criou o Centro de Pesquisa Avançada em Sistemas Alimentares Resilientes ao Clima e Sensíveis à Nutrição ao Longo da Vida, vinculado ao Conselho Indiano de Pesquisa Médica (ICMR). Esse Centro gerará evidências sobre as interconexões entre clima, sistemas alimentares, nutrição e saúde e promoverá a pesquisa interdisciplinar sobre alimentação escolar.
- **ALC e Brasil:** Pesquisadores da área de alimentação escolar criaram a Rede de Pesquisadores em Alimentação Escolar (REDPAE) para fortalecer as parcerias de pesquisa sobre o tema, inicialmente no Brasil e agora em toda a região, em parte por meio da articulação com estruturas regionais existentes, como a Rede de Alimentação Escolar Sustentável para a América Latina (RAES).

Em conjunto, esses exemplos apontam para uma constatação comum: o progresso duradouro na alimentação escolar depende cada vez mais da força das redes – que conectam pesquisadores, instituições e governos para transformar ideias em ação.

Comunidade de Prática “Nutrição” e Comunidade de Prática “Pesquisa no Brasil”; fontes adicionais [65]

Parte 3. Progresso e Prioridades: Desenvolvimento de Bens Globais para Apoiar os Estados-Membros da Coalizão

A. Progresso nos cinco objetivos para 2026 definidos na Declaração Anual de Pesquisa de 2025

A seguir, apresentam-se as cinco prioridades de pesquisa definidas na Declaração Anual de Pesquisa de 2025, com um resumo do progresso alcançado até o momento:

Objetivo 1: Sintetizar evidências acumuladas sobre programas nacionais de alimentação escolar eficazes e rentáveis: O Consórcio de Pesquisa avançou nesse objetivo em três frentes: deu continuidade aos estudos nacionais de custo-benefício com contrapartes governamentais, e as principais constatações das análises concluídas foram publicadas na *Nature Health*; ampliou para 55 o conjunto de estudos de caso nacionais em andamento ou concluídos; e continuou a consolidar e disseminar as evidências mais recentes sobre como a alimentação escolar afeta os indicadores de capital humano.

Ver também Parte 1, parágrafos 1 a 3

Objetivo 2: Apoiar a implementação de um novo kit de ferramentas de saúde planetária na alimentação escolar: Em conjunto com acadêmicos e contrapartes governamentais do Quênia e de Ruanda, o Consórcio de Pesquisa testou sua ferramenta de modelagem para avaliação do impacto da dieta e, em seguida, reuniu delegações de sete países – Etiópia, Gana,

Quênia, Lesoto, Ruanda, Uganda e Zâmbia – para apresentar previamente como essa e outras ferramentas podem ajudar os governos a fortalecer seus programas nacionais.

Ver também Parte 2, Parágrafo 2

Objetivo 3: Quantificar o potencial das políticas de aquisição de refeições escolares para impulsionar a transformação dos sistemas alimentares e apoiar a agricultura regenerativa e as práticas agroecológicas: Novas Comunidades de Política e Prática (CoPPs) foram criadas em sete países, reunidas sob uma aliança guarda-chuva de sistemas alimentares regenerativos. As CoPPs facilitam a aprendizagem entre pares, o engajamento das partes interessadas e o desenvolvimento de capacidades sobre o tema.

Ver também Parte 2, Parágrafo 3

Objetivo 4: Desenvolver um novo artigo técnico centrado no papel da alimentação escolar na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis: O Consórcio de Pesquisa liderou a elaboração de um artigo técnico com múltiplos parceiros – acadêmicos e instituições de todo o mundo – para avaliar o potencial de programas de alimentação escolar com densidade nutricional e diversidade para prevenir ou reduzir doenças crônicas não transmissíveis na meia-idade, com divulgação prevista para o início de 2027.

Ver também Parte 1, Parágrafo 4

Objetivo 5: Desenvolver uma ferramenta de síntese de evidências alimentada por IA para melhorar o acesso dos estados-membros da Coalizão à base de evidências do Consórcio de Pesquisa: A partir da base de evidências multissetoriais da Academia Global, o Consórcio de Pesquisa desenvolveu uma ferramenta alimentada por IA que sintetiza essas evidências em insights claros para as políticas públicas; sua versão beta está sendo testada pela Academia para determinar sua utilidade na oferta de evidências de alta qualidade sob demanda para os formuladores de políticas.

Ver também Parte 3, Seção B, Parágrafo 2

B. Principais objetivos de pesquisa do Consórcio de Pesquisa para o próximo ano

As cinco áreas a seguir foram identificadas como áreas prioritárias de pesquisa pelos governos dos 113 estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar, pelos parceiros e pela Academia Global, composta por 1.500 especialistas. Atualmente, estamos avaliando nossa capacidade de realizar pesquisas nessas cinco áreas.

1. **Métodos aprimorados para que os países avaliem o impacto multissetorial de seus programas nacionais de alimentação escolar.** Para dar início a esse processo, estamos explorando métodos e técnicas com os Governos das Filipinas e da Indonésia, que estão implementando novos programas.
2. **Ampliar os esforços existentes de uso de estudos de caso de programas nacionais para ajudar a identificar boas práticas e inovações.** Para acelerar esse processo, buscamos realizar estudos de caso dos programas nacionais de todos os estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar no continente africano. A nova ferramenta de síntese de evidências alimentada por IA do Consórcio utilizará esses estudos de caso, juntamente com a base mais ampla de evidências gerada pela Academia Global, para ajudar a tornar essa pesquisa mais acessível para a tomada de decisões.
3. **Explorar o papel das ferramentas de planejamento de programas para apoiar os governos no desenho de programas de alimentação escolar eficientes em termos de**

custos e ecológicos. O Consórcio testará métodos inovadores para identificar como intervenções, como a melhoria da qualidade da alimentação escolar, podem ajudar a enfrentar as deficiências de micronutrientes na dieta, começando pelo Corredor Seco da América Central, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Paralelamente, o Consórcio explorará a melhor forma de consolidar ferramentas complementares para o planejamento e a avaliação da alimentação escolar, inclusive para a elaboração de cardápios e a redução do desperdício de alimentos, a cocção limpa, o abastecimento local e regenerativo, água, saneamento e higiene (WASH, na sigla em inglês) e o planejamento geoespacial das compras.

- 4. Métodos aprimorados para avaliar a qualidade nutricional da alimentação escolar.** O Artigo Técnico do Consórcio sobre alimentação escolar e prevenção de DCM constatou que a qualidade das refeições, e não apenas sua oferta, é o que determina o impacto na saúde – mas concretizar esse potencial depende de compreender a composição dos cardápios de alimentação escolar efetivamente servidos na prática.
- 5. Aprimorar as evidências sobre o papel da alimentação escolar na transformação dos sistemas alimentares e na promoção do uso de alimentos escolares regenerativos.** Isso se baseará no impulso das Comunidades Nacionais de Política e Prática existentes e no papel potencial de órgãos consultivos interdisciplinares em nível nacional para explorar questões relacionadas, como gênero e inclusão social, políticas e regulamentações, métricas e indicadores, e cadeias de abastecimento.

Agradecimentos:

Esta Declaração foi preparada pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar como parte de seu compromisso com a Coalizão para a Alimentação Escolar. Foi concebida e redigida pelos membros do Secretariado do Consórcio de Pesquisa (Donald Bundy, Linda Schultz, Kate Morris, Gilbert Miki, Georgia Crowley e Jasmine Catmull), que são inteiramente responsáveis pelo conteúdo. Gostaríamos de agradecer aos seguintes membros do Consórcio de Pesquisa pelas valiosas discussões durante a preparação desta Declaração: Yaw Addo, Abimbola Adesanmi, Robert Akparibo, Noam Angrist, Manos Antoninis, Sylvie Avallone, Biniam Bedasso, Juliana Cohen, Theogene Dusingizimana, Jean D'Amour Manirere, Lesley Drake, Mehrdad Ehsani, Patricia Eustachio Colombo, Aurélie Fernandez, Robert Fungo, SubbaRao Gavaravarapu, Aulo Gelli, Afton Halloran, Dean Jamison, Edward Joy, Willy Kiboi, Tina Koch, Mohan Kumar, Jacqueline Kung'u, Heli Kuusipalo, Edward Makumbe, Peiman Milani, William Msemburi, Bella Monse, Eilidh Naismith, Ralph Nehme, Eric Ohuma, Silvia Pastorino, Alessandra Pereira, Gopinath Radhakrishnan, Susanna Raulio, Samrat Singh, Marco Springmann, Bruno Valim Magalhaes, Stéphane Verguet, David Watkins, Ester Wambu Wamai e Melissa Young.

Principais Publicações de Políticas e de Pesquisa do Consórcio de Pesquisa

1. Kristjansson E, Dignam M, Rizvi A, Osman M, Magwood O, Olarte D, et al. School feeding programs for improving the physical and psychological health of school children experiencing socioeconomic disadvantage. *Cochrane Database of Systematic Reviews*. 2025 Dec 11;2025(12). doi:10.1002/14651858.CD014794.pub2
2. Kristjansson B, Petticrew M, MacDonald B, Krasevec J, Janzen L, Greenhalgh T, et al. School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged students. *Cochrane Database of Systematic Reviews*. 2007 Jan 24. doi:10.1002/14651858.CD004676.pub2
3. Avallone, S., Nicklaus, S., Giner, C., Cohen, J., & Verguet, S. Beyond their nutritional value, school meal programs support agricultural and food transition towards sustainability by creating multi-sectoral values in France Authors. *Frontiers in Nutrition*, 12, 1616375. <https://doi.org/10.3389/fnut.2025.1616375>
4. Burundi Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Burundi. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London.
5. Cambodia Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Cambodia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London
6. Ethiopia Value for Money Study Team. 2024. Value for Money of School Feeding Programmes in Ethiopia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London
7. Forzy T et al. 2026. Impact of School Feeding Programmes on Educational Attainment and Economic Returns in Five African Countries. Accepted by *Nature Health*.
8. Malawi Value for Money Study Team. 2024. Value for Money of School Feeding Programmes in Malawi. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London.
9. Mozambique Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Mozambique. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London
10. Namibia Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Namibia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London.
11. Niger Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Niger. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London
12. Verguet S, Avallone A, Forzy T, et al. Investing in Future Generations: How Expanding School Meals Drives Progress Across Health, Education, Agriculture, and Environmental Sectors. *The Lancet*, in press.
13. Verguet S, Gautam P, Ali I, Husain A, Meyer S, Burbano C, Lloyd-Evans E, Coco M, Mphangwe M, Saka A, Zelalem M, Giyose B, Li Zhihui, Erzse A, Hofman K, Giner C, Avallone S, Kuusipalo H, Kristjansson E, Schultz L, Bundy DAP, on behalf of the Analytics & Metrics Community of Practice of the Research Consortium for School Health and Nutrition. 2023. Investing in school systems: conceptualizing returns on investment across the health, education, and social protection sectors. *BMJ Global Health*;8:e012545. <https://10.1136/bmjgh-2023-012545>

14. Addo, P.; Kushitor, K. Mawuli; Gyinde, A.; Esther Gaba, Doris; Zotor, B. Francis; (2025) School Meals Case Study: Ghana. Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673395>
15. Adesanmi A and Adekunle F. 2024. School Meals Case Study: Nigeria. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672333>
16. Africa LS, Agdeppa-Angeles I. (2025) School Meals Case Study: The Philippines. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673374>
17. Akter F, Chowdhury MA, Shamim AA. 2025. School Meals Case Study: Bangladesh. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673392>
18. Akter F, Ahmed CM, Shamim AA. (2025) School Meals Case Study: Bangladesh. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673392>
19. Aleksejeva Lasma. (2025) School Meals Case Study: Latvia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672332>
20. Angelin A, Lindroos AK, Olsson C, Elin E, Rooth DO, Lindroth J, Schäfer Elinder L, Waling M, Neuman N, Eustachio Colombo P. (2025) School Meals Case Study: Sweden. Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04677487>
21. Arcorons AF, Ayllón A, Blanquer M, Giamello C, Lado S, Lafuente M, Salvador G, San Vicente J. 2026. School Meals Case Study: Spain. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04682329>
22. Ardila Pinto F, Valoyes Bejarano E. (2025) School Meals Case Study: Colombia Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673389>
23. Avallone S, Getnet Fm Bundy DAP, Schultz L, Verguet S. 2026. Designing Effective School Feeding Programmes: Insights from Analyzing the Multifaced Components of Country Implementation. Accepted by *Global Food Security*.
24. Avallone S, Giner C, Nicklaus S, Darmon N. 2023. School Meals Case Study: France. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671091>
25. Bremner M, Defeyter G. 2023. School Meals Case Study: England. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671121>
26. Brennan M, Jones J, McKendrick JH. 2022. School Meals Case Study: Scotland. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671130>
27. Brophy S, Woolley K. 2022. School Meals Case Study: Wales. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. DOI: <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671126>
28. Espinosa F, Ferre I, Gomiciaga S, Ancira-Moreno M, Hernandez-Cordero S, Bahena L, Ordaz L, Hernandez-Palafox C, Valero I. 2025. School Meals Case Study: Mexico. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673387>
29. Furey S, Woodside J. 2022. School Meals Case Study: Northern Ireland. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671092>
30. Health Education and Shokuiku Division, Elementary and Secondary; Consumer Affairs and Shokuiku (Food and Nutrition Education) Div. School Meals Case Study: Japan. 2023. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671122>

31. Kamau J, Wanjohi M, Raburu P. 2024. School Meals Case Study: Kenya. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673394>
32. Kim Y, Yoon J, Yoon S. (2025) School Meals Case Study: Republic of Korea. Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04677478>
33. Kodjo A, Alao BH, Lawson-Drackey M, Tiatou S. 2024. School Meals Case Study: Togo. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672262>
34. Kuusipalo H; Manninen M. School Meals Case Study: Finland. 2023. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671313>
35. Liboire B, Ndayishime D, Simbomana C, Ndayishiye N, Nyandwi V, Nkezabahizi F, Nimubona A, Ntunzwenimana M, Ndayitwayeko WM, Nkenguruste J, Ndereyimana S. 2024. School Meals Case Study: Burundi. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672331>
36. Memirie ST. (2023) School Meals Case Study: Ethiopia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671611>
37. Mikkelsen BE, Bergman Madsen B, Loklindt L, Madsen C, Chang A. 2025. School Meals Case Study: Denmark. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672337>
38. Mkrtchyan A, Mkrtchyan S. (2025) School Meals Case Study: Armenia. Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04677831>
39. Mounssif A, Saidi A, Sektaoui M. 2025. School Meals Case Study: Morocco. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04674456>
40. Mugode M, Mulundika MM, Mweemba O, Mugode RH, Musonda C, Mugode L, Mbewe S, Siame G, Kazeneza J, Halwiindi H. 2026. School Meals Case Study: Zambia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04682653>
41. Nehme R, Verguet S, Fernandez A, et al. What we learned from school meals programmes: an international analysis of evidence-informed good practices. Under review with *Global Food Security*.
42. Nehme R, Fernandez A, Bricas N, Massart M, Lançon L, Faucher A, Constantin M, Avallone S. 2026. City School Meals Case Study: Montpellier. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04682299>
43. Nkoko N, Nyofane M. (2026) School Meals Case Study: Lesotho. Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04681963>
44. Ocaña Navas JA, Contreras Días YJ, Larenas R, Guerrero Zurita GP, Sinchiguano Almeida CE, Zurita MG, et al. 2025. School Meals Case Study: Ecuador. London: London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673390>
45. Petruzzelli M, Galluccio G, Magarini S. (2025) City School Meals Case Study: Milan. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04677489>
46. Ponprachanuvut P, Srisangwan N, Keeratchamroen A, Chammari K, Gowachirapant S, Chittchang U, Srichamnong W. 2024. School Meals Case Study: Thailand. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673375>

47. Ruetz A, Tasala K, McKenna M, Martin A, Michnik K, Edwards G, Engler-Stringer R, Everitt T, Maximova K, Mosby I, Seko Y, Woodruff S. 2023. School Meals Case Study: Canada. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671115>
48. Sinela A, Zau PD, Eurico DL, Miguel AC, Miguel AC. (2025) School Meals Case Study: Angola. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673385>
49. Slater B, Bicalho D, Nogueira R M, Viana R, Rissatto Teixeira A, Marchioni D. 2025. School Meals Case Study: Brazil School Meals Case Study: Brazil. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673383>
50. Stepanyak O, Sivak D. 2024. School Meals Case Study: Ukraine. Working Paper. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672125>
51. Tercero FG, Kestler Farfan K. (2025) School Meals Case Study: Guatemala [Estudio de caso sobre alimentación escolar: Guatemala]. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673388>
52. Toossi S, Cohen J, Clift J, Turner L, Gosliner W, Schwartz M. School Meals Case Study: United States of America. 2023. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671116>
53. Tounkara S, Kebe S, Hathie I, Tall L. 2024. School Meals Case Study: Senegal. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672263>
54. Eustachio Colombo P, Kung'u JK, Gavaravarapu SM, Magalhães BV, Bundy DAP; White Paper Author Team. School meals and non-communicable disease prevention across the life course: evidence, mechanisms, and the conditions for impact. London: Research Consortium for School Health and Nutrition, London School of Hygiene and Tropical Medicine, 2026. (forthcoming)
55. Eustachio Colombo P, Pwe P, Colonna M, Chindapol S, Nkwah A, Caccavale O, Khmaladze M, Kangas K, Wineman A, Bedasso B, Bundy DAP, Gelli A. What are the costs of school meals? Updating the cross-country benchmarks for the costs and cost efficiency of school meal programs, 2026. (forthcoming)
56. Dusingizimana T. Planet-Friendly School Meals Toolkit Project: Final Report July 2026. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London.
57. Estrada-Carmona N, van Houtert MM, Araujo de Lima S, Fauchon P, Hunter D, Jones SK, Ondo I, Cabrejos PP, Pastorino S, Pironon S, Shijagurumayum M, Sibeso M, Singh S, Remans R. Mainstreaming agrobiodiversity in planet-friendly school meals for children: a scoping review. *Lancet Planet Health*. 2025 Nov;9(11):101374.
58. Khalifa Y, Leach M, Sieff R, Nsengiyaremye J, Onjala B, Groen K, Fuso Nerini F, Ramirez C, Bellanca R. The role of electric cooking in providing sustainable school meals in low-income and lower-middle-income countries. *The Lancet Planetary Health*. 2025;9(11):101204. doi: 10.1016/S2542-5196(25)00004-X
59. Pastorino S; Springmann M; Backlund U; Kaljonen M; Singh S; Hunter D; Vargas M; Milani P; Bellanca R; Eustachio Colombo P; Makowicz B, Deborah MA; Wasilwa L; Wasike V; Bundy DAP. 2023. School meals and food systems: Rethinking the consequences for climate, environment, biodiversity, and food sovereignty. Discussion Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492>
60. Pastorino S, Backlund U, Bellanca R, Hunter D, Kaljonen M, Singh S, Vargas M, Bundy D. Planet-friendly school meals: opportunities to improve children's health and leverage change in food systems. *The Lancet Planetary Health*. 2025;9(11):101181. doi: 10.1016/S2542-5196(24)00302-4.
61. Scott N, Onjala B, Kariuki J, Clements A, Clements W, Todd JF. *The School Kitchen and Cooking Study (SKACS) Protocol: Building evidence to support scaling clean cooking in schools*. Modern Energy Cooking Services, 2026. Available at: https://mecs.org.uk/blog/the-school-kitchen-and-cooking-study-skacs-protocol-building-evidence-to-support-scaling-clean-cooking-in-schools/?utm_source=chatgpt.com

62. Springmann M, Hansoge M, Schultz L, Pastorino S, Bundy DAP. 2025. The health, environmental, and cost implications of providing health and sustainable school meals for every child by 2030: a global modelling study. *Lancet Planetary Health*. <https://doi.org/10.1016/j.lanplh.2025.06.002>
63. The Lancet Planetary Health. Dietary schooling. *The Lancet Planetary Health*. 2025;9(11):101410. doi: 10.1016/j.lanplh.2025.101410.
64. Singh S, Jordan I, Hunter D, Milani P, Muthoni P, Borelli T. 2025. Promoting climate-resilient agriculture and food security through school feeding. *The Lancet Planetary Health*, 19(2), 101414. <https://doi.org/10.1016/j.lanplh.2025.101414>
65. Research Consortium for School Health and Nutrition. A network of networks: Connecting regional school meals expertise. London: London School of Hygiene & Tropical Medicine; 2026 Sep 11. Available from: <https://www.lshtm.ac.uk/newsevents/news/2026/network-networks-connecting-regional-school-meals-expertise>